

**Painel I – Participação dos Pais na Vida da
Escola e no Acompanhamento
dos Filhos**

Moderador – Albino Pinto de Almeida

Albino Pinto de Almeida*

Vamos então começar, por indicação do senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação.

Solicitarei aos oradores, a quem passarei a palavra, que em dez minutos tentem formular as ideias acerca do tema de cada um.

Haverá um período de debate.

Permitam-me ainda acrescentar, antes de lançar o debate, que os textos escritos serão publicados através das edições normais do CNE. Portanto, a riqueza dos textos escritos ficará para essa altura.

De qualquer maneira, tenho alguma dificuldade, quando modero, em ser inteiramente neutro. Também assisti à primeira parte do debate e gostava que os companheiros de mesa pudessem focar, dentro dos dez minutos que vão ter, alguns aspectos que achei importantes da primeira parte.

Em primeiro lugar, em meu entendimento, a participação dos pais na vida da escola faz-se como direito de cidadania. É esse o primeiro direito que leva os pais à escola. Porque, depois, a segunda parte deste mesmo tema, o acompanhamento dos filhos, faz pensar noutra realidade, que é o acompanhamento que fazemos aos filhos em casa. E aí a CONFAP – eu aqui sou Conselheiro, mas tenho que também interpretar o sentimento que temos no terreno –, é de que, a escola, a partir do 1.º ciclo, deixa de ensinar e verificar se o aluno aprende. Ou seja, se as famílias acompanharem, se os alunos tiverem explicador, se tiverem computador e tudo o mais, os alunos têm sucesso; se isto não se verifica, teremos problemas de insucesso escolar.

Aparentemente, a equipa que dirige a educação defende a ideia de que será possível escrever uma lei ou um despacho qualquer que definam muito bem o papel dos pais, o papel da escola. Gostava que se pronunciassem sobre o que é isto no terreno. Sem leis nenhuma até agora, nos últimos trinta anos, a relação escolas – famílias tem zonas de excelência. Costumo

* Conselho Nacional de Educação

até dizer que as famílias confiam sempre na escola, quando os miúdos iniciam a sua relação com a escola. O que é que se passa para que os nossos filhos deixem, mais tarde, de gostar de estudar na escola, e nós percamos a confiança na escola à medida que se avança no percurso escolar dos nossos filhos? É um fenómeno que importaria que os senhores conferencistas pudessem também focar.

Sobre a forma da participação dos pais, é claro que houve aqui, suponho, um lapso do senhor Prof. Jorge Miranda. Nós defendemos a escola pública com projecto educativo. Daqui a pouco irei ao DEB, com uma escola pública de Matosinhos, com os pais dos alunos e o corpo docente, que vai precisamente defender o seu contrato de autonomia e o seu projecto educativo. Está-se a caminhar nesse sentido, no que respeita à colaboração entre pais e famílias no ensino público, como aliás já se faz, e bem, no privado.

Referir-me-ei, por último, à política de família para acompanhamento aos filhos. Gostava de dizer, partilhando muitas das minhas angústias com a Dra. Margarida Neto, que daqui saúdo muito especialmente, assim como também saúdo a Dra. Maria de Jesus Barroso que, de facto, temos a sensação que não devemos permitir que o loureiro em matéria de políticas de família fique de um lado, e o vinho, fique do outro. Os pais chegam cada vez mais tarde, as exigências para as horas que os pais passam nos trabalhos são maiores, e desejava também que os conferencistas pudessem falar de como é o acompanhamento dos filhos quando se chega a casa às nove e dez da noite. Como é que vamos acompanhar os filhos nessa altura? A escola não terá que ser um local de trabalho onde os alunos resolvam os seus problemas relativos ao estudo? Qualquer dia, os filhos perguntam: “Pai, tiveste bom desempenho no emprego?”, ou “Vais ter de realizar uns trabalhos para amanhã renderes mais?” O que devemos perguntar aos nossos filhos é: “Estás bem disposto? Como é que correu? Como é que te relacionaste? O que é que aconteceu na escola?” E não averiguar se os filhos ou os netos já fizeram o trabalho de casa, às nove da noite, quando chegamos.

Portanto, passava a palavra, com estes tópicos, que gostaria pudessem ser apreciados na perspectiva de que os pais e alunos são pessoas diferentes, a quem tem que se dar diferente, para se poder chegar por igual.

Passava então a palavra à senhora Dra. Olga de Jesus Avelino, a quem solicitava uma gestão adequada de tempo, conforme me pede o senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, e quem pede da maneira como pede, só pode ser obedecido.

Participação dos Pais na Vida da Escola e no Acompanhamento dos Filhos – A Importância da Sintonia e da Coerência

Olga Avelino*

1. Preâmbulo/Introdução

O tema é-me caro, é-me próximo...

Procurarei partilhar convosco um pouco do meu saber de experiência feito, de alguém que, todos os dias, está no terreno e que obviamente também estuda estas problemáticas.

Tendo em conta o País, as suas assimetrias, as diferentes escolas e níveis etários e a enorme diversidade de famílias...

São as minhas convicções, os meus pontos de vista necessariamente subjectivos e falíveis que despretensiosamente me apraz partilhar convosco e que as outras intervenções enriquecerão e o debate virá a animar e a completar.

2. Participação

O que é participar?

Participar é fazer parte integrante, acompanhar solidariamente, ter ou tomar parte, ter a natureza de, ter as qualidade comuns a algo...

neste caso a Escola, a Vida da Escola...

E a Escola é feita de, por e para pessoas: Alunos, os Educadores da Escola (Professores e não só) e os Pais.

* Colégio S. João de Brito

Assim, e tendo em conta a Comunidade Educativa numa perspectiva tripla, a Escola tem de abrir-se, tem de solicitar, tem de envolver os Pais, tem de ser apelativa e tem de deixar-se também interpelar.

Partindo da sua própria reflexão descobre a sua identidade, tem o seu projecto educativo específico e a Escola é nuclear, complementando os Pais na sua acção educativa.

Claramente da Escola ressaltam dois grandes objectivos:

- formar – à luz de uma escala de valores partilhados com as Famílias.
- informar – potenciando as capacidades dos alunos, desenvolvendo as competências inerentes a cada faixa etária no cumprimento de conteúdos programáticos.

Ao referir o primeiro grande objectivo utilizei o termo *escala* a propósito dos valores e não o fiz por acaso.

Escala é sucessão, sequência, categoria, mesmo uma série de sons musicais que se sucedem por certo número de conjuntos que podem ser ascendentes ou descendentes.

No nosso caso teremos de ter na escala não exactamente os sons musicais, mas sim valores trabalhados, vividos em sintonia e coerência.

Visamos a formação integral, procurando criar condições para que o aluno, individual e colectivamente, consiga ser ele mesmo nas diversas condições etárias, psicológicas e sociais. Formar não para conformar, mas levar os alunos a serem capazes de transformar o mundo e as estruturas sociais concretas.

Neste contexto considero que as metas podem ser altas, ambiciosas, mas creio que o devem ser, recusando a corrente tão evidente da ambição de dominar e possuir, da ganância e do lucro, da injustiça, da auto-suficiência e do individualismo; para estes anti-valores propõe-se o pugnar e o viver os

valores da comunhão e da participação, do desprendimento e da liberdade interior, da paz e não violência, da abertura e do serviço aos outros.

Alguns dos valores atrás citados têm obviamente uma repercussão social, mas há uma dimensão pessoal que me importa também referir, já que o aluno deve ser educado num sentido autêntico de: responsabilidade, liberdade, equilíbrio e maturidade, desenvolvimento da imaginação e criatividade, constância e firmeza sem se deixar deprimir pelo trabalho, capacidade de estima e admiração, desenvolvimento dos mecanismos de comunicação, entre vários outros.

E nesta Educação por e para os valores, Pais e Professores têm de estar próximos, sendo os Pais efectivamente Pais (todos nascemos filhos e vamos aprendendo a ser Pais) e procurando os Professores não ser substitutos dos Pais, mas antes coadjuvando-os na sua acção formativa.

3. E então o Acompanhamento...

O que é acompanhar?

Acompanhar – estar ou ir em companhia de alguém; seguir com música adequada o que se canta, recita ou executa com outros instrumentos; possuir os mesmos sentimentos de outrem; escoltar; guarnecer; seguir.

Participar e acompanhar não é substituir.

Exercendo a sua autoridade, indicando os limites, não sendo meramente fiscais, vivendo o amor, os Pais serão cada vez melhores Pais, sem entrar na esfera de acção dos Professores já que, esses sim, têm a sua formação científica e pedagógica e são os especialistas dentro da Escola.

Frequentemente, quando ouvimos teorizar sobre estas matérias, refugiamo-nos nas questões:

- Mas como fazer?
- E onde vamos ter tempo para tudo isto?
- Ou ainda: E quem nos paga para tal?

A motivação está exactamente nos objectos do nosso labor que afinal são sujeitos – os nossos filhos, os nossos alunos.

Receitas tipo “fast food” não existem, mas elaboram-se no dia-a-dia com todo o ânimo...

O tempo e a disponibilidade inventam-se...

E o pagamento também nos é feito pelo gozo de ver crescer apesar dos retrocessos nos avanços.

A escola não é mais o espaço onde se dão as matérias.

Do lado dos Pais, não apenas para o futuro, mas já, participa-se estando com a Escola, o que não significa obrigatoriamente ir à Escola, mas também.

Do lado da Escola, inventem-se formas de provocar a participação dos Pais e de fomentar o acompanhamento dos Filhos.

São imensas as estratégias que a Escola pode utilizar para fazer vir os Pais à Escola.

- Reuniões de Pais diversificadas (por ano, por turma, temáticas);
- Entrevistas individuais, também logo no início do ano lectivo e não apenas após surgirem os problemas;
- Festas;
- Convívios;
- Teatros;
- Jogos;
- Campanhas;
- Exposições;
- Visitas de Estudo;
- Dias de ...

Aí se comunica, se geram cumplicidades, se fortalecem as referências tão importantes no crescimento dos filhos/alunos.

Aliás, a comunicação tem de ser uma constante, tem de fluir, tem de ser efectiva entre as Famílias e a Escola, e vice-versa, desde os pequeninos do Jardim-de-Infância até ao Secundário.

Assim se pode interagir e prevenir mais do que curar:

- dificuldades de integração;
- situações de isolamento;
- desajustamento na Leitura, Escrita ou Cálculo;
- instabilidades emocionais;
- problemas de concentração;
- uso de álcool, drogas e outros.

Nos meus encontros com os Pais, nas muitas reuniões de Pais em que tenho participado, sempre prometo e peço cooperação e lealdade, sintonia e coerência.

Cada vez mais estou convicta da importância destes pontos.

Permitam-me que destaque os dois últimos.

Sintonia, que é acordo de frequência entre um emissor e um receptor, que é simultaneidade, que é acordo mútuo (de sentimentos, ideias, etc.).

Coerência, que é o estado ou qualidade de ser coerente, que é nexa entre dois factos ou duas ideias, que é conexão.

Esta sintonia, esta coerência vivenciadas na Família e na Escola só podem contribuir para termos Pais e Professores, de facto, coerentes – elementos bem ligados, conformes, lógicos, elementos que querem *coerir*: o verbo é pouco usado no nosso quotidiano, mas significa aderir reciprocamente.

Há que *coerir* para o bem maior que são os nossos jovens e para que nós mesmos tenhamos “mais prazer em percorrer com eles uma estrada que se deseja mais larga e, se possível, percorrida com menos sobressaltos”.

Para Além da Análise Sistémica: Excepções, Soluções e “Milagres” na Relação Família-Escola

Luís Miguel V. A. Neto*

Resumo:

Com base na reflexão sobre a experiência de vinte anos de trabalho clínico com famílias, grupos profissionais e pessoas individuais orientada pelo modelo sistémico de intervenção, o autor propõe a consideração de algumas das estratégias próprias daquele modo de actuação aplicadas no horizonte definido pela problemática das relações escola família. Sublinha-se, em particular, as possibilidades oferecidas pela aplicação dos modelos orientados para a solução na intervenção em sistemas humanos, em particular a oriunda da perspectiva do grupo de Milwaukee, de Steve de Shazer e Insoo Kim Berg. Referem-se ainda, a título ilustrativo, as metodologias da gestão coordenada do sentido e do inquérito apreciativo com o objectivo de alargar as possibilidades de intervenção estratégica dos operadores sociais que de algum modo enquadrem o seu trabalho no contexto da relação escola família.

1. Agradecimento

Desejo começar com o meu sincero agradecimento ao Conselho Nacional de Educação e à senhora Coordenadora Nacional para os Assuntos da Família, Dra. Margarida Neto, com a qual partilho, por coincidência, o nome e a experiência de formação no quadro do modelo sistémico de intervenção em sistemas humanos. Estou convicto de que a intenção subjacente a esta iniciativa é, à partida, do mais elevado interesse, não me sendo difícil imaginar que as suas consequências sejam do maior valor para a comunidade associada à vida escolar.

* Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação Universidade de Lisboa

2. Apresentação e Referenciais

O contributo que proponho à vossa consideração é necessariamente limitado, circunscrevendo-se às características próprias da minha experiência de actuação e dos referenciais de literatura e investigação que lhe têm vindo a servir de suporte nas últimas duas décadas. Assim sendo, permito-me definir sumariamente a trajectória que percorri, aproveitando o ensejo para homenagear algumas das pessoas, professores, colegas e outros educadores com quem tive o gosto de trabalhar directamente. Peço assim a vossa compreensão para as referências pessoais que se seguem e solicito a vossa indulgência, baseado na ideia de que, ao perceber melhor a pessoa, melhor se compreenderá a perspectiva para que ela aponta. Tendo terminado a licenciatura em Psicologia no ano de 1983, passei a integrar a equipa do Professor Francisco Pina Prata, um dos pioneiros da Psicologia Social e introdutores do pensamento sistémico no nosso país. Pessoalmente marcante e historicamente significativa foi a realização naquele ano do I Encontro Europeu de Terapia Familiar, realizado em Lisboa e em cuja organização trabalhei. Nessa altura, as ideias e conceitos orientadores da intervenção sistémica circunscreviam-se praticamente à descrição tipológica das famílias, à sua dinâmica e seu funcionamento. No quadro do horizonte teórico e prático definido pelo modelo sistémico resultava, então, que a perspectiva de intervenção em situações que implicassem a escola e o percurso escolar de crianças ou jovens era feita na óptica da dinâmica própria da família e em particular no que era diagnosticado como défice ou desequilíbrio funcional. A ideia fundamentadora daquela perspectiva era a do diagnóstico, avaliação e intervenção ao nível da função desempenhada pelo comportamento sintomático num dado sistema de relações. Pragmaticamente, as questões orientadores do interventor sistémico eram do tipo:

- Qual a função do comportamento sintomático da criança ou jovem no contexto das relações da família? Quais os dinamismos de manutenção da homeostase familiar? Que alianças ou “casamentos principais”, se observam na interacção da família?
- De igual modo no que respeita às dificuldades de relação escola família, as questões orientadoras de intervenção sublinhavam a

importância de consideração dos comportamentos e relações entre os dois sistemas como elementos integrantes da rigidez funcional inter-sistémica. O interventor era, nesta óptica e nesta época, sobretudo um de-estruturador, intervindo com vista à eliminação dos constrangimentos impostos pela dinâmica de interação inter-sistémica, vista como determinante dos comportamentos, discursos e ideias individuais.

Posteriormente, já no âmbito dos trabalhos conducentes ao doutoramento na Universidade de Massachusetts em Amherst, tive a oportunidade de aprofundar a orientação que privilegia o estudo da comunicação nos sistemas humanos. Tendo tido o privilégio de simultaneamente integrar as equipas do programa de terapia familiar orientada por Janine Roberts e do programa dos estudos de comunicação cujos líderes eram, então, Barnet Pearce e Vernon Cronen, verifiquei as possibilidades oferecidas pelos modelos comunicacionais aos interventores psico-sociais e educadores. Com efeito, e referindo-me apenas à literatura relativa ao modelo da gestão coordenada de significações/sentido, na tradução que propôs para *Coordinated Management of Meaning*, ou CMM, como é habitualmente conhecido, verifica-se um incremento significativo na margem de manobra na intervenção no âmbito das relações nos sistemas humanos e entre eles. Julgo que, pelo menos no nosso contexto educacional, não estão ainda esgotadas todas as possibilidades e recursos desta metodologia, apesar das múltiplas utilizações que já foram efectuadas no sistema de saúde do nosso país, por via dos trabalhos de investigação-acção que tenho vindo a orientar no âmbito do mestrado de Comunicação em Saúde da Universidade Aberta de Lisboa.

Seguiu-se um período, correspondendo a meados da década de 1990, onde tive a oportunidade de me aperceber das soluções encontradas ao nível do sistema universitário inglês relativas aos desafios colocados pelo ensino do modelo e práticas sistémicas. Isto porque nesta altura integrei enquanto *external examiner* o quadro docente da Universidade de Luton em Londres, colaborando simultaneamente com o *Kensington Consultation Center International*, fundação dirigida por Peter Lang e Martin Little. Esta fase permitiu-me alargar o conhecimento das implicações e consequências do

tipo de intervenção a que me tenho vindo a reportar por via da participação em formações e programas de *Master* em realidades nacionais tão distintas como a da Colômbia e a dos países escandinavos. Retenho muito especialmente a ideia relativa à extrema plasticidade de intervenção e adaptação do modelo sistémico social e construcionista a contextos que iam da formação de polícias de rua nos EUA, efectuada por Vernon Cronen, às experiências de mediação comunicacional entre camponeses e autoridades na Colômbia orientada por Barnet Pearce e Sara Cobbs, à intervenção com professores de escolas em zonas socialmente “difíceis” na Suécia, Irlanda, Inglaterra, e Portugal, na qual tive o ensejo de participar e que integrou, entre outros, Peter Lang e Elspt MacAdam. São particularmente características desta fase as possibilidades operativas oferecidas pela metodologia designada Inquérito Apreciativo ou, numa tradução mais adaptada, Indagação Apreciativa. Esta metodologia decorreu dos trabalhos de Svristava e Cooperrider, com quem em Londres trabalhei, situando-se, inicialmente, no âmbito do desenvolvimento organizacional, tendo sido depois alargada e adaptada a outros contextos.

Mais recentemente, a colaboração com as Universidades de Salamanca, Sevilha e la Coruña, em larga medida ao abrigo do programa Erasmus, têm-me permitido e à equipa de alunos que supervisiono uma atenção particular a aspectos especializados do modelo em causa procurando, agora, uma adequação a realidades históricas e sociais mais próximas da nacional. Com efeito, e no quadro do Programa Erasmus, a circulação de docentes e alunos das universidades espanholas mencionadas e da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, tem permitido a investigação e a adaptação do modelo centrado nas soluções, de Steve de Shazer e Insoo Kim Berg.

De seguida, irei proceder a um aprofundamento dos referenciais metodológicos evocados nesta apresentação. Por razões que se prendem com o nível de complexidade das metodologias em causa seguirei a ordem inversa das referências mencionadas na apresentação.

3. A orientação para a solução nos sistemas humanos aplicada à relação família-escola

A abordagem orientada para as soluções nos sistemas humanos, habitualmente associada ao grupo de Milwaukee de Steve de Shazer e Insoo Kim Berg, parece-me merecer a nossa maior atenção dadas as consequências pragmáticas já evidenciadas. A sua utilização no contexto do sistema educativo e aplicação no domínio das relações escola família foi já definida por Metcalf (1995). São próprias desta abordagem a identificação e explicitação das excepções dos problemas, a amplificação do funcional, as atribuições de controlo, a avaliação com pressuposto salutogénico, a incidência nas soluções locais.

Com o objectivo de concretizar as linhas gerais e filosofia desta abordagem, exemplificamos no quadro junto algumas das estratégias que lhe são próprias.

Quadro 1: Estratégias orientadas para a solução (Adap. Metcalf) (1985).

1.	Abrir possibilidades utilizando um discurso que evita a patologização, atribuição de culpas e identificação de “bodes expiatórios”;
2.	Considerar os diagnósticos um luxo e não uma necessidade;
3.	Levar a que alunos, professores e encarregados de educação fiquem mais motivados criando condições para que os seus objectivos sejam expressos e respeitados;
4.	Considerar a hipótese de existência do efeito de “bola de neve positiva” nos sistemas humanos: uma pequena mudança pode gerar grandes consequências;
5.	Considerar a hipótese de que alguns problemas humanos poderem ter soluções simples; Quando se adopta estrategicamente a visão do mundo dos actores do sistema escolar e familiar diminuem-se as resistências destes e encoraja-se a cooperação;
6.	Atacar os problemas das pessoas e não as pessoas detentoras dos problemas;
7.	Atender a que todas as queixas têm implícitas excepções;
8.	Conseguir objectivos realistas aproxima-se mais da maratona do que de uma prova de velocidade;
9.	Reconhecer que as mudanças rápidas podem ocorrer quando se identificam excepções;
10.	Reconhecer que as mudanças mais fundamentais são de ordem atitudinal;
11.	Olhar os problemas de forma diferente é começar a encontrar uma solução;
12.	Atender a que não é consequente – nem económico – tentar mudar o que já funciona num sistema humano ou na relação escola família.

4. A Indagação Positiva (IA) de David Cooperrider e Srivstava adaptada à problemática das relações escola família

O modelo de desenvolvimento organizacional de Cooperrider e Srivstava tem merecido entre nós alguma atenção na sua aplicação ao contexto educacional e formação de professores (Neto e Marujo, 2001). Se me permitem continuar o desvelo da auto-referência julgo que muitas possibilidades estão ainda em aberto por esta perspectiva que pretende definir um horizonte para além das metodologias habituais da resolução de problemas. As possibilidades aqui abertas decorrem da constatação um tanto prosaica, porém preñe de consequências a diversos níveis, de que a vida não é, apenas, “um problema a seguir a outro”.

Ilustramos esta perspectiva com o quadro 2, adaptado a partir de Neto e Marujo (2001) que pretende, precisamente, ilustrar as diferenças entre o IA e as metodologias correntes de resolução de problemas.

Quadro 2 – Resolução de problemas e indagação apreciativa.

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	VISÃO/INDAGAÇÃO APRECIATIVA
1. Diagnosticar os problemas e as necessidades sentidas	1. Identificar o que funciona; valorizar o que está operacional
2. Descobrir e analisar as causas do que foi identificado como problema	2. Idealizar o que se “pode e deve” concretizar
3. Analisar as possíveis soluções ou tratamentos	3. Dialogar sobre a concretização
4. Aplicar a solução ou tratamento	4. Inovar na prática
PRESSUPOSTOS:	PRESSUPOSTOS:
As pessoas grupos e organizações são problemas que devem ser resolvidos	As pessoas grupos e organizações são “mistérios” à espera de serem compreendidos
Os pais, professores, técnicos, são uma espécie de bombeiros a actuar permanentemente em emergências	Os responsáveis educativos são como treinadores que ajudam a jogar mas não são eles que marcam golos

De interesse, parece-me, é também a referência às “proposições provocativas” do IA:

1.	Em todas as sociedades, organizações, famílias há algo que funciona; de outro modo o sistema já não existiria. Importa por isso identificar o que está a dar vida ao sistema.
----	---

2.	A atenção é o bem mais precioso dos sistemas humanos. Aquilo a que damos atenção transforma-se na “nossa realidade”
3	No horizonte da experiência vivencial o único momento que conta é o presente. Contudo, para compreender o momento presente devo considerar a história e as expectativas
4	Ao colocar questões estamos a influenciar representações e comportamentos. A intervenção nos SH pode ser mais consequente se for mais interrogativa do que afirmativa
5	As pessoas caminham mais seguras em direcção ao futuro quando levam consigo partes do passado que viveram e conhecem
6	Se decidirmos acompanhar as pessoas na sua caminhada em direcção ao futuro, isto é, intervir nas mudanças dos sistemas humanos, é importante que se transporte os elementos mais valorizados da experiência pessoal
7	As diferenças são um bem insubstituível nos SH devendo por isso ser respeitadas e valorizadas
8	A linguagem (re)cria o mundo: Uma linguagem de problemas (re)cria um mundo de problemas

5. A gestão coordenada de significações como óptica de análise

O modelo da gestão coordenada de significações/sentido tornou-se nos últimos vinte anos uma referência central nos estudos da comunicação, deslocando-se de uma posição de marginalidade na literatura daquela área para um lugar de, no mínimo, alguma visibilidade. Por ter trabalhado com os seus autores fundadores, tal circunstância é-me particularmente grata. Por motivos de ordem prática saliento aqui apenas algumas das suas vertentes, ilustrando com um exemplo prático um tanto extemporâneo em relação ao tema mas revelador do seu potencial analítico. Na sua arquitectura conceptual, o CMM considera a articulação entre as cinco categorias: Cultura, Identidade (self), relações, episódios, e actos de fala. Estas categorias articulam-se com literaturas científicas de diferentes domínios: Antropologia, Comunicação, Sistémica Familiar, Interaccionismo Simbólico, Etogenia, Socio-Linguística. Trata-se, como é bem de ver, de um modelo muito integrativo, aconselhado como instrumento analítico em situações de elevada complexidade sistémica ou comunicacional. No contexto nacional tem servido, como disse atrás, como referente em investigações adstritas ao sistema de saúde. Destaco algumas das investigações efectuadas no nosso país e que se reportam àquele modelo: Transmissão de Más Notícias por Técnicos de Saúde, Comunicação da

Equipa de Saúde no Acompanhamento de Grávidas, O Ensino da Ética na Formação dos Estomatologistas, Expectativas e Adesão ao Tratamento de Mulheres Mastectomizadas, A Comunicação dos Técnicos de Saúde a Pessoas Idosas e outros.

Julgo que a versatilidade deste modelo o poderá tornar num instrumento utilíssimo, não apenas associado ao contexto do sistema de saúde, mas também de ensino.

Bibliografia

Metcalf, L. (1995). *Counseling Toward Solutions: A Practical Solution Focused program for Working with Students, Teachers and Parents*. Nova Iorque: Center for Applied Research in Education.

Neto, L., Marujo, H. (2001). *Optimismo e Inteligência Emocional: Guia para Educadores e Líderes*. Lisboa: Presença

Using CMM: The Coordinated Management of Meaning, retirado do sítio www.pearceassociates.com em 22 de Julho de 2001.

Participação dos Pais na Vida da Escola e no Acompanhamento dos Filhos – A Perspectiva de uma Associação de Pais

João Asseiro*

I – Nota Introdutória

Quando o CNE me convidou para participar neste Seminário sobre o tema “A Família e Educação: Que relação para o Futuro”, encarei este convite com um sentimento misto de desafio e preocupação.

Desafio pelo facto de ser pai e membro de uma Associação de Pais (AP) de uma Escola de Serviço Público, e poder relatar a minha experiência enquanto tal; preocupação pelo facto de na minha auto-avaliação, me questionar se de facto estou à altura dos acontecimentos, ou seja, se como pai, estou a transmitir os melhores princípios e valores aos meus filhos.

Falar especificamente sobre a participação dos Pais na vida da Escola e no acompanhamento dos filhos não é tarefa simples mesmo para quem como eu tem funções numa AP, no entanto, e dada a importância do tema vou procurar transmitir, a esta assembleia, o meu testemunho como pai e como educador.

II – A Participação dos Pais na Escola

É uma verdade inquestionável, que são os pais os primeiros educadores dos seus filhos, são os pais que têm a liberdade de escolha da Escola e do projecto educativo para os seus descendentes.

Mas será que todos os pais estão conscientes desta responsabilidade?

* Presidente da Associação de Pais do Colégio Rainha Santa

Será que todos os pais exercem este direito de forma consciente e objectiva?

A resposta é infelizmente negativa.

Ainda temos muitos Pais que vêm na escola um “depósito” para os seus filhos, na qual delegam a formação e a educação dos seus filhos. A sua participação na vida da Escola é nula e quando esporadicamente o fazem, tentam fazê-lo da pior forma, intervindo na área pedagógica, seguramente a que menos lhes diz respeito.

A Escola deve ser vista cada vez mais pelos pais, como uma **parceira** na educação dos seus filhos, **uma comunidade educativa**, na qual, participam activamente todos os elementos que dela fazem parte, corpo docente, corpo não docente, alunos, pais e Direcção da Escola.

O papel dos Pais na Escola deverá ser cada vez mais um papel complementar do trabalho efectuado pelos restantes elementos, um papel de conforto, como que uma rede de apoio para os momentos mais difíceis.

É muito importante a presença dos Pais na Escola na perspectiva atrás referida, esta presença constitui uma forte contribuição para a auto-estima da comunidade, para a valorização do trabalho efectuado no dia-a-dia, seguramente um contributo muito positivo para o aproveitamento escolar dos alunos.

A Escola por sua vez, deverá ser também um polo aglutinador de vontades, um local onde os Pais possam reaprender e superar lacunas em áreas específicas ligadas à educação dos seus filhos.

Ser pai é um processo permanente de aprendizagem. No mundo globalizado em que vivemos e face à complexa e variadíssima informação a que nós e os nossos filhos temos acesso, os valores vão-se diluindo, face a um ambiente externo cada vez mais hostil.

A Escola pode ter e terá aqui seguramente, um papel relevante, nomeadamente através da capacidade de acolher e dar respostas aos pais. A **lógica da parceria** entre Escola e Pais só faz sentido se cada um deles for capaz de partilhar vontades, esforços e querer.

É neste contexto que as Associações de Pais podem desempenhar um papel importante em conjunto com especialistas na área da educação parental, preparando soluções e respostas aos problemas dos pais.

As Escolas de Pais surgem naturalmente como iniciativas muito válidas e no contexto actual podem ser uma mais-valia para os Pais, ajudando-os a ultrapassar dificuldades, a partilhar problemas comuns, na forma como devem encarar a educação dos seus filhos.

É neste contexto que no Colégio Rainha Santa Isabel, a AP e a Direcção do Colégio, em parceria com a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, estão a iniciar o projecto da Escola de Pais.

O 1.º passo deste projecto foi a elaboração de um questionário com perguntas de resposta múltipla e de tipo hierarquizado. A taxa de resposta ao inquérito foi de 30% do universo total dos pais da Escola.

Os resultados do inquérito mostram-nos as necessidades de educação dos Pais nas diversas áreas, as quais são transversais, quer em relação ao extracto sociocultural, quer ao nível da sua formação académica, quer ainda em relação ao ciclo de ensino que os filhos frequentam.

A título de exemplo passo indicar por ordem decrescente os 10 conteúdos referidos pelos Pais com interesse e muito interesse:

Quadro 1

Quadro 1 – Conteúdos de Educação de Pais:
Interesse

	Nenhum/pouco	Com/muito
Pais e desenvolvimento cognitivo dos filhos	1	99
Estratégias de gestão de comportamentos	2	98
Comunicação pais – filhos	2	98
Pais e desenvolvimento afectivo dos filhos	2	98
Os métodos de estudo	3	97
Problemas de comportamento	4	96
Prevenção da toxicodependência	4	96
A adolescência	4	96
Pais e socialização dos filhos	4	96
As novas tecnologias e a educação	5	95

À pergunta, sobre qual o local preferido para a realização de actividades de educação dos pais, um número bastante elevado é de opinião que essas actividades podem e devem ocorrer no estabelecimento de ensino que os filhos frequentam no caso em concreto, o Colégio.

Quadro 2



E os alunos, vêem com bons olhos a presença dos seus pais na Escola?

Podemos ir procurar a resposta a esta questão importante e pertinente a duas fontes:

- Aos estudos técnicos efectuados por investigadores
- Às práticas do dia nas Escolas.

Em ambas as situações, **quando as parcerias e as envolvências** se fazem através de equipas compostas por professores, alunos, pais e elementos da Direcção da Escola, as conclusões apontam para uma reacção muito positiva dos filhos/alunos à presença dos Pais na Escola, quer se trate de parcerias específicas destinadas a melhorar o resultado concreto de um conjunto de alunos numa determinada disciplina, quer se trate de parcerias globais de médio prazo, como seja o planeamento e a execução do projecto cultural da Escola.

E a Escola, está preparada para receber os Pais? Para efectuar com eles estas parcerias?

A capacidade ou incapacidade da Escola para se envolver nestas parcerias é o factor crítico de sucesso, para atingir padrões altíssimos de qualidade pedagógica e académica.

Quero acreditar que ainda há Escolas, espero que poucas, que não têm massa crítica com vontade para efectuar este envolvimento, também não haverá incentivo a essa vontade, quer pelo conformismo dos seus elementos, quer pela inércia da sua gestão.

É pena que isso aconteça no nosso País, mas talvez esteja aqui uma parte da explicação e das razões para que Portugal tenha uma das maiores taxas de abandono escolar da UE e até da OCDE.

III – O acompanhamento dos Filhos

O que dizer agora do acompanhamento dos filhos pelos pais? Esta é a parte mais difícil do tema aqui tratado e eu não escapo a essa dificuldade. Questiono-me muitas vezes se eu estou a dar o meu melhor no acompanhamento dos meus filhos (no caso concreto, duas filhas), até pela razão de ter uma ocupação profissional muito intensa.

Não tenho resposta objectiva para esta interrogação, que é permanente. Vou fazendo o meu melhor, mas, será que o que estou a fazer é mesmo o meu melhor? As minhas interrogações continuam, talvez daqui a uns anos terei as respostas a estas perguntas.

Será que os pais estão a cumprir a sua parte; a formação da pessoa na suas variadas vertentes: da cidadania, da amizade, do respeito pelos outros, da tolerância, do sentido da responsabilidade e do esforço, do espírito de grupo, etc.?

Aos pais compete criarem o ambiente familiar propício para que os filhos apreendam os valores e consolidem a informação ministrada na Escola.

Esta, não é seguramente uma tarefa fácil de executar, até porque, a diversidade de situações familiares não permite padronizar comportamentos, nem impor modelos, no entanto há formas de ultrapassar estas dificuldades. A mais importante, na minha opinião, é a comunicação veiculada da Escola para casa, quer através dos professores, quer através das AP, quer através da comunidade envolvente.

A comunicação escrita assume aqui um papel relevante, em especial os comentários dos pais e professores complementados, sempre, com reuniões com carácter periódico permanente.

Os TPC não devem ser feitos pelos pais ou em centros especializados de apoio ao aluno, como os que existem espalhados pelas cidades do nosso

País e que mais não visam do que preencher tempo não disponibilizado pelos pais, numa óptica mais ou menos mercantilista.

Os TPC devem ser feitos pelos filhos e devem servir, sobretudo, para interagir com os pais sobre o que estão a aprender na Escola.

A ajuda em casa, dos avós e/ou dos pais, só pode significar: encorajar, ouvir, reagir, premiar, guiar, supervisionar e discutir, e não ensinar os conteúdos escolares.

Tenho ouvido muitos comentários de pais que dizem que são os “melhores amigos dos seus filhos”. Apetece-me perguntar, a esses pais, e sempre que há oportunidade faço-o, se é isso que os seus filhos esperam deles?

Na minha opinião os pais não devem querer ser os melhores amigos dos seus filhos, porque não é isso que, genericamente, os filhos esperam de nós! Os filhos esperam e vêem-nos como pais, esperam de nós autoridade, esperam de nós rigor, esperam de nós amizade, esperam de nós solidariedade, mas, sobretudo, esperam de nós exemplos e atitudes positivas.

Os pais têm o dever de acompanhar permanentemente os seus filhos, de serem exigentes com eles, de lhes transmitirem os valores soberanos da pessoa humana tais como:

- A ética,
- O respeito por si e pelos outros,
- A solidariedade,
- A responsabilidade pelos seus actos.
- A Amizade

Os nossos filhos esperam sobretudo de nós, que, os ensinemos a ser futuros pais!!

Agradeço o tempo que me concederam, espero que este meu simples contributo, através de alguns alertas que vos deixo, nos ajudem a todos, a cumprir esta nobre missão que é ser mãe e pai.

Termino agradecendo o amável convite formulado pelo CNE, apresentando uma citação da Prof. Pugh, que penso resume tudo aquilo que foi dito, de uma forma muito objectiva:

“Educar crianças é talvez a tarefa mais importante e desafiadora que a maior parte de nós executa. É um compromisso para toda a vida – por vezes descrito como a única tarefa que temos na vida – e o facto de a executarmos bem tem a probabilidade de ter um impacto nas gerações futuras, tendo um papel significativo na modelação dos valores e atitudes que os jovens tomam até às suas próprias relações adultas e a sua abordagem em serem pais por sua vez.”

(Pugh, De`Ath & Smith, 1994, p. 9)

Comunicação e Cooperação entre Meio Familiar e Meio Escolar

José Morgado

Na agenda de preocupações sobre o desenvolvimento da qualidade dos sistemas educativos surge de forma destacada a problemática do envolvimento e participação dos pais no percurso escolar dos alunos. De facto, os aspectos ligados às dinâmicas familiares, nos seus múltiplos formatos, e a sua relação com o meio escolar consideram-se actualmente como importantes factores contributivos para o desenvolvimento de percursos educativos bem sucedidos e, portanto, para a construção de projectos de vida promotores de realização pessoal e profissional para todos os indivíduos. Esta importância decorre, entre outros aspectos, do entendimento de que a educação funciona num contexto sistémico em que todos os intervenientes, a partir dos seus diferentes papéis, concorrem concertadamente para que o processo de educação de uma criança ou jovem se desenvolva de forma equilibrada e com qualidade.

Neste contexto, importa considerar que as mudanças mais recentemente operadas nas comunidades e decorrentes das formas e modelos de desenvolvimento a que assistimos, têm vindo a implicar ajustamentos no próprio funcionamento dos sistemas familiares o que, naturalmente, obriga a que também a escola sinta a necessidade de ajustar o seu papel na formação global das crianças e jovens. A observação do que se passa neste âmbito permite considerar que a qualidade e níveis de cooperação entre o espaço familiar e o espaço escolar estarão longe de se considerarem satisfatórios para todos os intervenientes.

Tentando analisar esta realidade e reflectir sobre algumas mudanças qualitativas consideremos alguns aspectos.

Em primeiro lugar, parece-nos fundamental a afirmação clara e persistente de que a qualidade da educação também depende do nível e

qualidade da cooperação entre os pais e a escola. Em segundo lugar, julgamos necessário que se proceda a uma clara definição dos respectivos papéis.

Embora possa parecer clara a diferença existente, as práticas a que com alguma frequência assistimos parecem mostrar que algo haverá a fazer neste domínio. Como exemplo pode referir-se a forma como frequentemente é gerido o chamado “trabalho de casa”. De facto, sendo certo que os pais podem e devem colaborar com os filhos na realização de “trabalho em casa”, não pode depender da capacidade de ajuda dos pais a realização bem sucedida dos “trabalhos de casa”, pois nem todos os pais possuirão essa capacidade de ajuda, não sendo aliás essa a sua função.

Nesta perspectiva torna-se necessário definir claramente a natureza complementar e não de sobreposição dos diferentes desempenhos, ainda que a escola no exercício da sua função formadora global promova e desenvolva contributos e ajudas para que os pais possam assumir as suas competências de forma mais tranquila e eficaz.

A cooperação torna-se ainda essencial se considerarmos que os pais detêm sobre as crianças e jovens um conhecimento que, naturalmente, interessa à escola, assim como a escola possui um conhecimento sobre os alunos que interessa aos pais para a sua actividade de educadores.

Do ponto de vista da criança ou jovem é também importante a sua percepção de que os pais se interessam pela sua actividade, contactando com a escola regularmente e não só quando algo corre menos bem. De facto, pode ser relevante para a criança ou jovem, em termos de motivação e sucesso, o interesse demonstrado pelos pais em perceber o que se passa na escola relativamente a trabalhos e actividades, interesses e sentimentos, incidentes do quotidiano, etc.

Estes aspectos ilustram a necessidade absolutamente central de um diálogo regular entre o meio familiar e meio escolar, alterando a situação ainda frequente dos espaços formais de diálogo (reuniões de pais) serem geridos numa lógica administrativa e de informações formais e de outros

espaços de diálogo mais individualizado apenas serem estabelecidos após incidentes quase sempre de carácter negativo.

Com o objectivo de contribuir para o desenvolvimento da desejada cooperação consideramos alguns aspectos de natureza mais prática.

A comunicação entre a escola e o meio familiar deve estabelecer-se o mais cedo possível pois contactos realizados no início do ano em que se providencie informação e orientação podem repercutir-se positivamente na motivação dos alunos, na assiduidade, na prevenção de problemas de disciplina, etc.

A comunicação regular deve ser estimulada e facilitada em termos de organização e funcionalidade. Por vezes, os tempos previstos pela escola para recepção aos pais não são os mais ajustados em termos de disponibilidade o que, obviamente, poderá criar algumas dificuldades.

Parece-nos também essencial que a comunicação com os pais assente tanto quanto possível num registo positivo, ou seja, acentuar o que deve ser feito mais do que o que deve ser evitado, valorizar as competências mais do que apontar insucessos, etc. Este discurso positivo poderá influenciar as expectativas dos pais face à escola e aos seus próprios filhos o que é reconhecidamente importante.

Um outro aspecto que nos merece reflexão prende-se com a necessidade de que a escola considere a multiplicidade de variáveis culturais, económicas, sociais, etc., presentes nos sistemas familiares dos alunos. Nesta perspectiva, a comunicação com os pais deve obedecer a um registo claro para todos evitando, por exemplo, o recurso a terminologia técnica, própria da cultura escolar, mas eventualmente desconhecida para muitos pais e, por isso, inibidora de eficácia na comunicação. Ainda neste âmbito acreditamos ser positivo que a escola assuma a preocupação de informar os pais sobre os seus procedimentos, modelos de organização e funcionamento, objectivos, dispositivos de apoio, etc. Acontece que em muitas circunstâncias os pais percebem a acção da escola apenas através

da observação dos filhos, o que obviamente diminui a sua capacidade de intervenção.

Considerando ainda este último aspecto, parece-nos fundamental que, designadamente, em situações específicas como elaboração de programas educativos individuais, elaboração de planos de recuperação, mobilização de dispositivos de apoio pedagógico acrescido, etc., seja promovido o envolvimento e participação esclarecida por parte de pais e encarregados de educação.

Actualmente, considerando as referidas alterações nos contextos familiares bem como as solicitações de pais progressivamente mais preocupados com o seu desempenho, parece também importante que a escola providencie alguma “orientação” que possa contribuir para que os pais assumam o seu papel de forma mais competente. Este aspecto é ilustrado pela emergência cada vez mais frequente de programas de apoio a pais e que repetidamente emergem por solicitação dos próprios. Nesta perspectiva, as reuniões de pais podem contemplar a abordagem dos seus interesses e preocupações providenciando alguma informação e orientação sobre o desenvolvimento e funcionamento das crianças e jovens, bem como sobre procedimentos e atitudes que se entendam com ajustadas.

Considerando que a qualidade da nossa vida colectiva também depende do grau de envolvimento e participação que, numa perspectiva de exercício de cidadania, podemos assumir face a diferentes matérias, acreditamos que as Associações de Pais e Encarregados de Educação podem desempenhar um papel relevante no que respeita à relação entre a escola e o meio familiar.

De facto e para além das competências que lhes estão atribuídas pelo quadro normativo, as Associações podem desenvolver uma acção importante em diferentes áreas das quais e como exemplos podemos referir a recepção e integração dos pais de novos alunos, a mobilização de dispositivos de apoio extra-escolar, contributos para a mobilização de recursos pertinentes a um melhor funcionamento da escola em área como equipamentos, segurança, acções destinadas aos pais, etc.

Sendo certo que a relação entre a escola e a família deve decorrer privilegiadamente num clima de cooperação também sabemos que emerge frequentemente uma dimensão de conflitualidade que consideramos normal mas que poderá, por vezes, criar alguns constrangimentos. Esta conflitualidade poderá decorrer por exemplo de modelos de organização e funcionamento das escolas (horários e calendários por exemplo), da assimetria óbvia no que respeita às decisões relativas à vida escolar dos alunos, da eventual apreciação divergente do impacto de algumas decisões, etc. Neste contexto, parece-nos importante que a comunidade (toda a comunidade) disponha de uma instância reguladora que poderia assumir a forma de Provedoria da Educação ou, numa perspectiva mais alargada e na linha de pensamento e de advocacia da criança expressas por cidadãos e cientistas com a estatura de João dos Santos e Gomes Pedro, a criação da figura de Provedor da Criança. Acreditamos que uma iniciativa desta natureza seria seguramente um enorme contributo para qualidade dos contextos de educação e desenvolvimento das nossas crianças e jovens.

Pelo exposto parece poder concluir-se que, tal como referimos de início, a cooperação entre o meio familiar e o meio escolar assumem um papel central na definição de percursos educativos bem sucedidos para todas as crianças e jovens.

Debate

Albino Pinto de Almeida – Antes de abrir o debate, gostava de formular duas notas a propósito do que disseram aqui os oradores: havia muita coisa sobre que poderíamos falar, mas dir-lhes-ei que o movimento associativo de pais, e os pais, em geral, vão à escola por cidadania, e estão lá muitos, por causa dos órfãos de pais vivos, que cada vez mais existem no nosso país. Uma professora, na qualidade de mãe, foi a semana passada a uma escola e invocou o 225 do Código do Trabalho; teve a falta injustificada, sem vencimento, porque o Código do Trabalho não se aplica aos funcionários públicos. E, portanto, como dizia há bocado, com leis assim, em que o loureiro está de um lado, e o vinho, na prática, está do outro, continuamos a ter o diabo nos pormenores. Vamos a ver se conseguimos a tal boa prática das leis, que às vezes são boas nas intenções, mas não chegam para fazer boas políticas.

A última nota queria deixá-la para os TPC. As minhas filhas ensinaram-me que aquilo, em tradução literal, significa “tortura para crianças”. E fiquei seriamente a pensar nisso, até porque são gémeas e têm bom desempenho. E, portanto, nesta “tortura” para crianças, em que se transformam os trabalhos de casa, são, de facto, as famílias com menos recursos, menos condições económicas e culturais, a serem verdadeiramente torturadas e angustiadas. Às tantas, passam aos filhos a mensagem subliminar de que também avançaram na vida sem a escola e, se calhar, é por isso que muitos deles a abandonam.

Tenho aberto o debate.

Uma Participante – Fala-se no mau acompanhamento dos pais, nas suas dificuldades, nas suas limitações. É verdade que os pais são limitados, é verdade que há pais que não conseguem acompanhar convenientemente os filhos. Mas a má qualidade do nosso ensino não se deve prioritariamente a um medíocre acompanhamento que possa ser atribuído à responsabilidade dos pais. Isto não pode esquecer-se. A grande carência que as nossas escolas

e a nossa sociedade têm de uma efectiva participação dos pais, que seria uma enorme mais-valia para o sistema educativo, não se deve à culpa dos pais, mas ao facto de não lhes ser permitido participar. E, assim, a escola permanece intocável e imune a qualquer influência dos pais.

Uma Participante – Antes de mais, queria agradecer a todos os oradores, que foram brilhantes. Sou professora e mãe e, quando falamos na relação escola – família, parece-me que continuamos a insistir num grave erro que é o de tentarmos encontrar culpados, como a pessoa que me antecedeu nesta intervenção acabou por fazer. Durante longos anos, principalmente nos últimos, temos estado sempre a dizer que a culpa, ou é dos pais, ou é dos professores. A culpa é de todos nós. O que temos que tentar encontrar é um consenso e uma boa relação entre pais e escola. A escola não é intocável, de forma alguma; a escola, hoje em dia, até é demasiadamente vulnerável, na medida em que, quando algo corre mal, a culpa passa a ser dos professores. Por outro lado, isto é um desabafo como professora. Julgo que perdemos muito tempo em discussões supérfluas e não vamos ao essencial das questões.

Uma última nota, em relação com os trabalhos de casa. Não entendo, e sou mãe, que o TPC seja uma tortura para a criança. Entendo, sim, é que as coisas têm que ser doseadas, de forma a que os meus filhos, aos chegarem a casa, tenham mais tempo do que o pedido para fazerem os trabalhos de casa. Entendo que a escola não pode ser elitista de tal modo que os alunos que têm pais com conhecimentos ou com possibilidades de lhes facultar esses conhecimentos, estejam num patamar acima daqueles que não têm esses conhecimentos. Isso é o que entendo que a escola não pode fazer de forma alguma. Mas os trabalhos de casa são extremamente importantes, sejam eles feitos em casa, ou na escola. Se calhar, concordo, como mãe, que eles têm que ser feitos na escola, em todas as escolas: nas públicas, nas privadas, não nesses centros mercantis que aparecem por aí, mas em salas verdadeiramente de estudos como dantes havia – estudei num colégio onde tinha a minha sala de estudo. Isto que volte a acontecer. Neste momento, temos uma escola que a maior parte das vezes não está a incutir hábitos de trabalho, de tal modo que o aluno, ao sair da escola, fecha o seu livrinho, e

até se esquece da pasta na escola. É verdade que, por vezes, os alunos não levam as pastas para casa. É importante que o pai, seja ele analfabeto ou não, veja pelo menos o que é que o aluno está a fazer. Portanto, acho que são importantes os trabalhos de casa. Se calhar, tínhamos que examinar o problema mais a montante, ou seja, ver a carga curricular, saber se os currículos estão adaptados.

Agora, o ponto mais importante parece-me ser este: vamos, de um vez por todas, tentar criar um elo, uma parceria real, uma cooperação, o nome que queiramos dar-lhe, mas não estejamos a culpar-nos uns aos outros. Até porque muitas vezes vivemos uma situação dupla: somos pais, e somos professores.

Um Participante – Desejava colocar uma questão concreta à mesa. Pergunto se esta relação entre a escola e a família não seria facilitada se, de facto, as famílias pudessem, de uma vez por todas, escolher a escola que desejam para os seus filhos, o projecto educativo, os educadores, a cosmovisão, a antropologia na qual querem educar os seus filhos. Isso não facilitaria, de facto, a relação escola – família?

Margarida Neto – Era de novo uma profissão de fé acerca da necessidade da colaboração entre os pais e a escola.

E uma pequena informação, justamente nesta linha: o Código do Trabalho inclui o direito do trabalhador ir à escola, quatro horas por trimestre, por cada filho. Tenho dito muitas vezes que estas quatro horas são horas de ouro; não serão muitas, mas não havia nenhuma. Poderiam ser mais, com certeza, mas são quatro horas por trimestre, por cada filho. Julgo que este é um espaço em que a escola pode promover uma série de coisas; não só saber se o menino está bem ou mal, mas promover, justamente, outras metodologias de aproximação.

Por outro lado, é certo que o Código do Trabalho se destina à maioria dos trabalhadores privados. O funcionalismo público não tem ainda este

direito, mas tem outros, tem uma maior flexibilidade, e espero que esta venha a ser mais alargada.

José Morgado – Só uma coisa muito simples. Nós, em Portugal, do meu ponto de vista, quando analisamos algumas coisas, sobretudo as zonas de maior fragilidade, criamos conceitos em torno da ideia de culpa ou de responsabilidade. Uma questão é a das responsabilidades, e é desejável que nós percebamos a natureza das nossas responsabilidades. naquela perspectiva da história do colibri que contei. O que é que eu, como professor universitário, na área da psicologia educacional, posso fazer para criar uma cultura mais eficaz sobre estas matérias, na perspectiva da responsabilidade, e não da de diabolizar, quer a família, quer a escola? Interessa-me perceber as dimensões de fragilidade, porque entendo, talvez por deformação profissional, que só conhecendo o que faço, é que posso melhorar o que faço. E, portanto, convém olhar com algum realismo para como as coisas se passam, não na perspectiva da identificação da culpa, mas da definição clara de responsabilidades, o que não é exactamente a mesma coisa. Não na intenção, de facto, de diabolizar a família ou a escola, mas de perceber como cada um dos papéis pode ser cada vez melhor cumprido, e com essa desejável cooperação.

Um outro aspecto, só muito breve, em relação ao TPC. Pessoalmente, sou completamente favorável à realização de trabalhos em casa, mas o trabalho em casa é uma coisa, e o trabalho da escola, que é feito em casa, é outro. O trabalho da escola é para ser feito na escola, o trabalho em casa é trabalho que pode ser feito em casa, com a minha ajuda, que sou psicólogo. Em casa o trabalho da escola é para exercitar competências, não é para levar os miúdos a aprender competências. Porque, se tenho dificuldades ao pé dos meus colegas e do meu professor, como é que em casa serei capaz de fazer sozinho o meu trabalho? A escola não pode, do meu ponto de vista, criar esta situação. Esse tipo de trabalho deve ser para exercitar aquilo que eu sei fazer! E aí eu posso, por mim, como miúdo, aluno, ser capaz de exercitar as competências. É difícil que se remeta trabalho para casa para eu aprender em casa, porque aí tenho a tentação de pedir a alguém que está ao meu lado, e normalmente são os meus pais ou os irmãos mais velhos. E aí é que se

criam situações que julgo que podem ser complicadas. Agora, outra coisa é todos nós cooperarmos – mais uma vez a cooperação entre a escola e família. Devemos ver o que é que nós, a família, podemos fazer em casa que seja útil e se repercute positivamente na escola. Isso é o que eu chamo trabalho em casa, e que é uma coisa de natureza diferente. Como sabem, há países que proíbem trabalho de casa! Proíbem, não se pode passar trabalhos de casa. Eu não tenho essa atitude fundamentalista, como não tenho uma atitude fundamentalista relativamente a outras coisas. Agora, vamos ser razoáveis: quando se pede aos miúdos que exercitem as suas competências em casa, importa que estejam em condições de funcionar nessa perspectiva; quando isso não acontece, criam-se grandes desequilíbrios, como a história que eu contava da mãe muito incomodada!

Às vezes cria-se um bocadinho a ideia maniqueísta, sim aos trabalhos de casa, não aos trabalhos de casa. Não! O trabalho em casa é imprescindível ao exercício das competências dos miúdos; agora, trabalho da escola realizado em casa, é outra coisa. E é desse ponto de vista que julgo que podemos conversar e otimizar aquilo que solicitamos aos miúdos e, por tabela, às famílias, para se envolverem em processos ou em situações educativas que têm repercussões positivas na escola. Mas, como muitas vezes acontece, quando é feito na sala de aula, por exemplo, nem sempre é acabado, e é para acabar em casa. Se o filho tem dificuldades em fazer sozinho na escola, como é que ele vai fazer sozinho em casa? E, depois, lança a responsabilidade para cima dos pais, para alguns pais, e, depois, há outros pais que estão tão distantes que aquilo lhes é indiferente! Não sabem se ele tem ou não trabalho de casa, nem sabem o que é essa coisa do trabalho em casa. Mas nós temos que criar condições para que, de uma maneira mais eficaz, todos, mesmo os que não têm cultura académica, possam interessar-se pelos trabalhos em casa. E não vejo que, com uma orientação mais correcta neste domínio, não possamos todos ser mais eficazes.

Um Participante – Parece-me que faz sentido os pais e os filhos partilharem algumas das ideias envolvidas na escola, mas já não o faz se, na

área das ciências ou da matemática, um miúdo chegar às cinco e meia ou seis a casa e tiver três ou quatro páginas de um livro para preencher. Acho que isso é anti-pedagógico, acho que isso é uma tortura, isso não é trabalho de casa. Agora, discutir o nível de aprendizagem, os itens que já foram dados na escola, e tentarmos, com a nossa ajuda e dentro das nossas limitações, ajudar e poder melhorar esse método de ensino, está bem. Não nos podemos esquecer de uma coisa: o ensino e a escola não são mais do que ferramentas, e as características básicas dessas ferramentas têm que ser dadas na escola, e aperfeiçoadas em casa, mas aperfeiçoadas no sentido de se colherem contributos positivos para essas ferramentas funcionarem bem. Lembro-me de uma história de quando era aluno da escola primária, e a mesma professora da escola primária tinha os quatro anos: a 1.^a, a 2.^a, a 3.^a e a 4.^a classe: era um método terrível, porque a senhora obrigava os alunos da 4.^a classe a levantarem-se às cinco da manhã, a irem estudar para junto da casa onde morava e, sobretudo, a estudarem alto! Isso não é nada! Isso é uma tortura! Não podemos entrar em exageros. Concordo com a professora quando disse que há miúdos que se esquecem propositadamente das pastas e dos cadernos na escola; não querem, se calhar, dar conta aos pais de como estão a evoluir na escola. Temos que ter aqui algum sentido de equilíbrio e de bom senso, porque o importante é que haja ambiente familiar, é que o pai possa perguntar: “Então, a tua escola como é que correu hoje? Cometeste alguma asneira? Ou o que é que se passou com os teus colegas? Estás a ser mais solidário com os teus colegas? Estás a ajudar os colegas, ou não estás? Como é que é?” Essas questões é que fazem parte da formação complementar em casa! Agora, levarem uma série de problemas das ciências da matemática para resolver, ou levar trabalhos para casa para investigar na Internet, quando têm que ser os pais a ir à Internet buscar os trabalhos, e fazê-los, se houver Internet, isso não é nada.

Outra questão que tem a ver com a questão dos pais não irem à escola: fico muito perplexo quando dizem que os pais não vão à escola porque as suas entidades patronais não os deixam ir! Não conheço nenhuma entidade patronal que goste de ter um bom ambiente na sua empresa, que goste de ter colaboradores motivados, e que não facilite uma hora ou duas ao pai para ir à escola. Porque se o pai vai à escola e quer saber do seu filho, é sinal de

que anda mais motivado. Se se criar este espírito mais positivo no trabalhador, melhora o seu desempenho na empresa. Tudo isto é uma questão de mentalidade. Estamos a falar de ensino, mas também podemos falar de empresas e da capacidade empresarial dos nossos directores, dos nossos quadros da administração pública. Às vezes, não são capazes de ter flexibilidade mental para perceber que, se um colaborador andar motivado e souber como é que os filhos andam na escola e têm bom comportamento, a sua produtividade aumenta. É evidente que há aqui princípios de base que são fundamentais: se o pai escolher o projecto educativo e a escola que quer, já tem tempo para tudo. Essa é que é a questão fundamental. Quando os pais são obrigados a ir para a escola a, b ou c, não sabem qual é o projecto educativo dessa escola, não conhecem os professores. E os professores são de Tavira e estão colocados em Cantanhede, estão lá contrariados, querem é chegar ao final da aula e ir-se embora, nem sequer se apercebem que o aluno pode ter uma dificuldade, isso é que é grave! E naturalmente que os pais aí têm mais dificuldade no diálogo com esse professor e com a escola.

Luís Miguel Neto – Perdoem-me se não vou ser inteiramente directo relativamente às questões colocadas. De qualquer forma, irei também ser breve e começar por referir o que é que aprendi: gosto, em cada situação, seja escolar, seja académica, seja informativa ou de outra natureza, de retirar conclusões, o que é que não sabia e fiquei a saber. Agradeço a referência feita a “coerir”, verbo que desconhecia inteiramente; agradeço também a utilização da expressão “pôr o loureiro de um lado e o vinho do outro”; e agradeço também, entre outras coisas, naturalmente, essa ideia da investigação que o Prof. José Morgado referiu, relativamente à escola em que 90% da comunicação se faz por escrito, para uma população de 40% de analfabetos. As coisas novas, depois, demoram algum tempo a fazerem sentido. Ainda não sei inteiramente o significado da expressão “pôr o vinho de um lado e pôr o loureiro do outro”, ou o significado do verbo “coerir”; relativamente à questão dos 90% da comunicação se destinar a 40% de analfabetos, também não sei integral e inteiramente o significado disso, mas vou ficar a pensar.

Depois, permitam-me também que evoque duas experiências.

Estou muito ligado, de facto, ao modelo de ensino anglo-saxónico. Obtive o doutoramento nos Estados Unidos, um dos meus filhos nasceu lá, o outro também andou numa escola americana. Ora uma das coisas práticas, que já é estrutural e estruturante no universo de ensino anglo-saxónico, é a ideia de “pais e professores associados”. No nosso contexto, aqui no CNE, ainda não ouvi falar de uma associação de professores e pais – esta sinergia, importante no ensino anglo-saxónico, seria de aproveitar entre nós.

Outra coisa que se passa nos colégios e nas escolas anglo-saxónicas, quando há as tais reuniões de pais, é o seguinte: às sete, por exemplo, há uma intervenção de um reputadíssimo neurologista, sobre a influência da aprendizagem no cérebro; e depois, às oito, servem-se bebidas e aperitivos. Isto pode parecer estranho, uma espécie de incitamento ao consumo alcoólico. Mas querem apostar que se as escolas começarem a dar um carácter mais informal às reuniões com os pais, de abertura à cultura real, as pessoas aparecem? E, depois, julgo até que deixam de ser reuniões de mães. Portanto, é uma sugestão que deixo no ar.

Há, ainda, a questão dos trabalhos de casa. Não se me tinha colocado a questão com o realismo que aqui foi evocado; também me deixou a pensar. Não sei se hei-de ser a favor, se hei-de ser contra, mas há uma coisa que estou certo: julgo que existe uma intenção benévola da parte dos senhores professores, que recomendam uma grande quantidade de trabalhos de casa. Agora o que está por trás desta questão é uma coisa quase gigantesca, é uma guerra de influências. O que está aqui por trás é um conjunto de senhores professores que querem manter uma influência educativa sobre os seus alunos, quando sabem, porque lhes entra pelos olhos dentro, que a grande influência que as crianças têm, não é dos pais, não é deles próprios, professores, é da televisão. O factor estruturante na vida das famílias, fora da esfera de trabalho e fora da esfera escolar, é o quê? É a televisão. E, portanto, dá-me a ideia que esta questão dos trabalhos de casa também deve ser vista neste contexto: é uma espécie de movimento, até com algum desespero, por parte de alguns senhores professores. Não queremos subtrair a nossa influência e entregar os alunos à quantidade de visionamento televisivo diário. A minha geração era a preto e branco, e às onze e meia

fechava com o Hino Nacional, e nós víamos uma hora, hora e meia de televisão! Os índices, actualmente, são o que são; em média, estamos entre três e quatro horas a ver televisão. E, portanto, julgo que esta questão dos trabalhos de casa também deve ser equacionada em função de outras circunstâncias, nomeadamente esta, que é o factor estruturante da televisão na vida das pessoas.

Olga Avelino – Duas ou três coisas breves, se me permitem.

Quando há pouco falavam das reuniões de pais ou reuniões de mães, de entrevistas, vou partilhar convosco o seguinte: uma das coisas que procuro sempre fazer com os pais dos novos alunos que são admitidos no colégio, é que no primeiro encontro comigo estejam a mãe e o pai. Há imensas coisas que aprendo nesse primeiro encontro e que fico a saber, até porque, aquilo que me interessa saber não é tanto a parte académica, mas é obter, fundamentalmente, a opinião dos pais sobre como são os seus filhos. E são dados estupendos, de facto, que recolho nesse instante, e que são preciosos numa fase ulterior.

Depois, em relação às reuniões de pais, observo que os próprios alunos são envolvidos nessas reuniões, ou porque muitas vezes também participam nelas, ou porque, pelo menos, solicitam a presença dos pais. São feitas a horas variadas, não são sempre às seis e meia, também são à noite, em dias diversificados, para, realmente, se poder dar cobertura à disponibilidade dos pais.

E a propósito de disponibilidade, estava a lembrar-me que já não é a primeira vez que recebo pais às sete da manhã, porque não têm outra hipótese. Para realmente atender os alunos devidamente, é preciso que os pais tomem consciência que a nossa flexibilidade, nossa, dos professores, existe. Há as horas do almoço, há as horas para o fim do dia, não há uma hora certa para que um determinado director de turma – no colégio não se chama assim, começaram por se chamar tutores, actualmente chamam-se professores responsáveis, – receba os pais. Não há uma hora fixa para esse atendimento.

Em relação aos TPC, não me vou pronunciar, mas deixo só uma reflexão. Propõe-se para trabalho de casa que os alunos façam um determinado trabalho em grupo. Como é possível, numa grande cidade, e, nomeadamente, num colégio em que um mora no Lumiar, outro vem de Cascais e o outro vem de Alenquer, que os alunos se encontrem em grupo? Sobra, evidentemente para mim, o poder organizar um espaço onde os alunos se encontrem, e poder providenciar para que façam esse dito trabalho em grupo, que deveria ter sido feito na sala de aula.

E, a propósito de disponibilidade, uma última nota. Quando, na minha intervenção, falei na questão do tempo fixo que não temos, esclareço que é uma opção que não é só minha, mas de outros educadores do colégio. Somos, em grande parte, um corpo docente estável, com as suas vantagens, mas também com alguns inconvenientes, como em tudo na vida. Mas que se traduz numa maior disponibilidade de atendimento aos alunos, no estar no colégio à hora do almoço. Posso dizer-vos que estou no refeitório com os alunos, ninguém me obriga, e depois do almoço, estou nos gabinetes, nos corredores, ou nos recreios. De facto, são momentos em que os alunos partilham connosco imensas coisas, que têm alguém, que mais não seja para os ouvir. E há até aqueles que passam e perguntam: “Sra. Dra., não precisa de nada?” E este “não precisa de nada” é apenas um pretexto para iniciar uma conversa, para partilhar uma preocupação.

Albino Pinto de Almeida – Com a permissão do senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, desejaria enunciar, muito brevemente, algumas questões que acho essenciais como conclusão deste debate.

Primeiro, a importância de um sistema mais humano, mais diversificado. Esta é uma lição que levo daqui. E sempre direi que era por isso que usava a expressão “loureiro de um lado, e vinho do outro”. No Norte, quando vamos pelas estradas fora e vemos o loureiro pendurado na porta, sabemos que ali se vende vinho. Ora bem, quando digo que o Governo em muitas matérias põe o loureiro de um lado, e o vinho do outro, V. Exas. já perceberam claramente aquilo que estou a falar. E, portanto, é esta também uma questão que é decisiva, por exemplo, em relação aos

tutores. Se os tutores estiverem nas escolas com o horário de pedreiro – e não tenho nada contra os pedreiros, bem pelo contrário –, se forem envolvidos os professores com menos tempo ou menos jeito para isso, é o tal loureiro de um lado e o vinho do outro. Portanto, nós, pais, tememos que a figura do tutor se esvazie. De facto, quando dava aulas no Colégio do Rosário fazia exactamente o que se disse: entrava mais cedo, ficava até mais tarde, e a minha hora de almoço era diferente da dos outros.

No que respeita à CONFAP, observo que esta Confederação irá desenvolver a linha da formação parental, numa perspectiva de formação ao longo da vida. A CONFAP vai solicitar ao Governo mecanismos específicos para que essa formação possa ser feita, de uma forma organizada, em todo o país, uma vez que já o fazemos em escolas de pais e em muitas das estruturas concelhias da Confederação Nacional.

É por aqui que vai, é por este esforço de cidadania, embora haja cidadãos mais activos do que outros. Está instalado, na nossa sociedade, o princípio de que, quando algo não é directamente comigo, não tenho que me preocupar, esse é um assunto dos outros. É o princípio da gestão do condomínio: só lá vamos quando o administrador comete um desvio, ou quando o prédio está a cair. Se tudo estiver bem, não se consegue fazer uma assembleia de condóminos. Deixo esta nota acerca do pouco envolvimento e da responsabilidade.

Julgo que o Conselho Nacional de Educação está de parabéns por esta iniciativa. Dei o meu modesto contributo. Peço desculpa, a todos os palestrantes, por algum rigor, porventura excessivo, que haja colocado na questão do tempo.

